

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2017. (Do Sr. Luiz Couto)

“Requer a realização de Audiência Pública para discutir o seguinte tema: crimes misteriosos, casos sem solução e inquéritos inacabados no Brasil”

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **REQUEIRO** a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para discussão do seguinte tema: crimes misteriosos, casos sem solução e inquéritos inacabados no Brasil.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação visa a propiciar a discussão de um problema muito recorrente no Brasil que são os crimes misteriosos, os casos sem solução, os inquéritos inacabados.

Insta salientar que ocorrem 50 mil homicídios por ano no país, o maior do mundo em termos absolutos, segundo relatório da ONU de 2011, que colocou o Brasil no 3º lugar em violência na América Latina, e 26º do mundo. Desses, apenas 4 mil por ano têm seus autores presos, segundo estimativa de Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da pesquisa Mapas da Violência.

É interessante constatar que, nos Estados Unidos, o índice de solução dos homicídios é de 65%. E no Reino Unido, 90%. No Brasil, estimativas da Associação Brasileira de Criminalística indicam que de 5% a 8%

dos assassinos são punidos. De cada cem, mais de 90 nunca foram descobertos.

Nesse cenário, cumpre informar que o relatório “Estado dos Direitos Humanos” de 2015, elaborado pela organização não governamental Anistia Internacional, retrata o Brasil como um país em “permanente violação de direitos humanos”.

Por esse motivo, é urgente que o Poder Legislativo se empenhe no enfrentamento desta grave situação vivenciada no país, devendo exercer o seu papel de fiscalizar os órgãos públicos com atribuição sobre a matéria e de encaminhar e recomendar a adoção das providências necessárias às Instituições competentes.

Outrossim, é necessário se debruçar sobre as eventuais lacunas existentes na legislação, a fim de aperfeiçoá-la, impedindo, assim, que tal quadro pernicioso tenha continuidade.

Diante disso, Senhor Presidente, reveste-se de extrema importância a realização de audiência pública para discutir o tema, a qual proporcionará um amplo debate com todas as partes envolvidas.

Nesses termos é que solicitamos o apoio dos nobres membros desta douta Comissão de Direitos Humanos e Minorias para a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em 27 de março de 2017.

Deputado LUIZ COUTO
PT/PB